

Resenha do livro *Espacios afectivos: Instituciones, conflicto, emancipación*, de Laura Quintana em diálogo com Damián Pachón

QUINTANA, Laura; PACHÓN SOTO, Damián. *Espacios afectivos: Instituciones, conflicto, emancipación*. Barcelona: Herder Editorial, 2023.

Walter Bruno Azevedo Gomes

Doutorando em Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Belo Horizonte, Brasil

walterbrunoazevedo@gmail.com

Resumo

Em *Espacios afectivos: Instituciones, conflicto, emancipación* (2023), Laura Quintana analisa a interseção entre afetos, instituições e lutas políticas na América Latina, criticando o capitalismo como regime afetivo que naturaliza desejos e gera impotência. A obra sintetiza temas de seus trabalhos anteriores, como a corporeidade e os afetos políticos, propondo a emancipação como experimentação micropolítica – não como projeto universal. Quintana defende que o conflito é inerente à vida social e que afetos como ressentimento e raiva, quando politizados, podem reverter estruturas coloniais e neoliberais. A autora enfatiza a produção do “comum” via práticas democráticas radicais, desafiando hierarquias e redefinindo justiça. Leitura essencial para compreender a crítica latino-americana contemporânea.

Palavras-chave: Afetos políticos, emancipação, capitalismo, conflito social, América Latina.

Abstract

In *Espacios afectivos: Instituciones, conflicto, emancipación* (2023), Laura Quintana examines the intersection of affects, institutions, and political struggles in Latin America, critiquing capitalism as an affective regime that naturalizes desires and generates impotence. The book synthesizes themes from her previous works, such as corporeality and political affects, proposing emancipation as micropolitical experimentation rather than a universal project. Quintana argues that conflict is inherent to social life and that emotions like resentment and rage, when politicized, can challenge colonial and neoliberal structures. She emphasizes the creation of the

“common” through radical democratic practices, contesting hierarchies and redefining justice. An essential read for understanding contemporary Latin American critical thought.

Keywords: Political affects, emancipation, capitalism, social conflict, Latin America.

Esta resenha apresenta o livro *Espacios afectivos: Instituciones, conflicto, emancipación*, de Laura Quintana, ainda inédito no Brasil. Doutora em Filosofia pela Universidad Nacional de Colombia e professora na Universidad de los Andes, Quintana é uma das principais referências da filosofia política contemporânea na América Latina. Sua obra investiga as interseções entre poder, estética e emancipação, explorando como dinâmicas sociais e afetivas moldam instituições e práticas de resistência.

Em *Espacios afectivos: Instituciones, conflicto, emancipación* (2023), Laura Quintana sintetiza e aprofunda temas centrais de sua produção intelectual, equilibrando acessibilidade e rigor teórico. Organizada em oito diálogos, a obra retoma e amplia discussões de seus trabalhos anteriores, como *Rabia: Afectos, violencia, inmunidad* (2021) – estudo crítico sobre a relação entre afetos, capitalismo e violência – e *Política de los cuerpos* (2020), que, em interlocução com Jacques Rancière, explora a corporeidade como eixo para compreender desigualdades e práticas políticas. A estrutura dialógica não apenas facilita a compreensão de conceitos complexos, mas também reforça o compromisso da autora com uma filosofia engajada e coletiva.

Nesta terceira obra, a filósofa adota um formato não convencional: um diálogo com Damián Pachón Soto, filósofo colombiano que assume o duplo papel de coautor e interlocutor. A escolha ultrapassa o aspecto meramente estilístico, adquirindo uma função metodológica clara: romper com modelos hegemônicos de produção do conhecimento e fomentar uma reflexão dinâmica e colaborativa. Ao substituir a escrita monológica tradicional por um formato dialógico, Quintana não apenas desafia hierarquias intelectuais, mas também convida o leitor a participar de uma construção coletiva de sentido.

Já no prólogo, o livro apresenta a concepção de filosofia que o orienta: uma prática engajada com a realidade concreta, seus problemas e contradições, distante de

uma abordagem burocrática ou alienada. A filosofia, aqui, assume um papel crítico diante do presente, desafiando interpretações habituais e expondo tensões sociais. Os autores rejeitam qualquer pretensão de um “messianismo filosófico” e defendem uma postura mais horizontal, que escuta a alteridade e dialoga ativamente com outras disciplinas, ampliando as possibilidades de compreensão e transformação do mundo.

O Capítulo 1 parte da pergunta “Pensar situadamente?” para afirmar que todo pensamento é necessariamente situado. Em outras palavras, a produção filosófica é sempre marcada pelo contexto social, geopolítico e histórico de onde emerge. Reconhecer essa condição situada não é apenas um gesto de humildade epistêmica, mas uma ferramenta crítica para revelar como as experiências, as relações de poder e as instituições configuram os limites e as possibilidades do conhecimento. Enraizado nas realidades da Colômbia e do Sul Global, seu trabalho desafia a pretensão de neutralidade da filosofia tradicional, que historicamente se apresentou como universal e desvinculada de localizações concretas.

Quintana aponta que a filosofia que lhe foi ensinada tradicionalmente não acolhia essa localização do pensamento, restringindo-se a um cânone europeu, anglo-saxão e masculino, excluindo vozes de mulheres e outros lugares de produção de pensamento. No entanto, ressalta que pensar situadamente não se resume a vincular uma voz filosófica a uma biografia ou contexto histórico-cultural específico, pois isso poderia descartar a emergência do inédito e da singularidade de um enunciado. Para Quintana, “pensar situadamente” implica considerar não apenas um emplacamento espacial, mas também modos de ter experiência, coordenadas que definem o que é pensável, dizível e imaginável, e as instituições que regulamentam o que é possível e desejável fazer.

No final do capítulo, a autora apresenta suas estratégias metodológicas, denominadas “composições”, que dialogam com dois referenciais teóricos centrais: a noção de “cena”, proposta por Jacques Rancière, e o conceito de “constelação”, desenvolvido por Walter Benjamin. Essas “composições” buscam explorar a heterogeneidade do presente, os conflitos latentes e as possibilidades de emergência de novas dinâmicas sociais, articulando análise crítica e imaginário político.

No Capítulo 2, intitulado “Compreender a política desde os corpos”, Quintana, inspirada em Nietzsche, critica a dicotomia entre natureza e cultura, destacando como os corpos são moldados por práticas sociais e históricas, carregando em si a inscrição nas formas de sentir, valorizar e desejar.

A política é analisada a partir da corporalidade¹, entendendo que os corpos são produtos de relações geopolíticas, econômicas e afetivas. Reconhecer essa historicidade permite compreender tanto os limites impostos por essas inscrições quanto as possibilidades de transformação por meio de novas práticas corporais e institucionais. A agência, nesse sentido, não é totalmente determinada pelas materialidades inscritas no corpo, tampouco escapa delas.

A transformação social exige a reconfiguração de hábitos, instituições e relações de poder. Isso permite que corpos se desidentifiquem, rompam papéis e redefinam suas formas de existir. Em diálogo com Rancière, Quintana sustenta que a emancipação dos corpos ocorre pela afirmação de capacidades negadas e pela disputa por condições de igualdade antes invisibilizadas.

Embora dialogue com Foucault sobre as tecnologias do eu e a “estética da existência”, Quintana busca ir além, interessando-se mais pelas estratégias de crítica imanente dentro das relações de poder. Para ela, a transformação corporal não visa apenas à criação de singularidades, mas à produção de deslocamentos que reconfiguram o campo social. Assim, a ideia de “fazer-se outro corpo” implica transformar os modos de sentir e organizar a experiência, criando espaços onde formas de vida antes marginalizadas possam ser reconhecidas como legítimas.

Por fim, o capítulo discute mais do que uma estética da existência: Quintana propõe uma compreensão estética da corporalidade, onde os corpos podem ser deslocados, torcidos e reconfigurados, desafiando as formas de sujeição que os fixam a determinadas identidades. O dissenso emerge justamente na disputa pelos modos de objetivação e experiência sensível, abrindo caminho para reapropriações e novas possibilidades de existência.

¹ Embora em algumas abordagens contemporâneas prefiram o termo “corporalidade” para indicar uma compreensão corporificada e situada, reservando “corpo” para uma visão naturalizada e objetivadora, a filósofa utiliza os dois termos indistintamente em suas reflexões.

No Capítulo 3, intitulado “Espaços Afetivos e Vida Relacional”, Laura Quintana examina o giro afetivo na filosofia contemporânea, movimento que ressignifica o papel dos afetos, emoções e paixões na constituição do político. A autora retoma tradições filosóficas que vão de Spinoza – para quem os afetos são forças relacionais que circulam entre corpos, espaços e práticas – a Nietzsche, Heidegger, Deleuze e Guattari, destacando como esses pensadores deslocaram a análise do sujeito individual para dinâmicas coletivas e materiais. Quintana adota o termo “afetos”, definindo-os como intensidades que atravessam corpos e modulam sua capacidade de agir, em contraste com as emoções, frequentemente reduzidas a estados subjetivos. Para ela, os afetos possuem uma dimensão política incontornável: são vetores que moldam desejos, valores e modos de habitar o mundo, atuando como dispositivos de manutenção ou subversão de ordens sociais.

A autora enfatiza a importância de considerar as relações que compõem os afetos e suas condições históricas, questionando como emergem, de quais instituições e lógicas sociais dependem, como excedem certas codificações culturais e de que maneira atravessam repartições sensoriais. Assim, os afetos são essencialmente relacionais, surgindo no encontro e na interação entre corpos.

Como agentes, somos constantemente afetados, e nossa potência de agir nunca está apartada das condições que nos atravessam. No entanto, podemos nos mover entre elas, intervindo, decompondo e recompondo os agenciamentos que nos constituem, pois eles são indeterminados, múltiplos e sempre em arranjos². Essa ontologia relacional, proposta por Quintana, problematiza dicotomias consolidadas, examinando como estados, substâncias, materialidades e fronteiras não são dados fixos, mas processos em constante emergência, constituídos por formas dinâmicas de relação.

² Laura Quintana utiliza o conceito de “ensamblaje” (ou assemblage, que aqui optamos por traduzir como arranjos) em referência ao “agencement” de Deleuze e Guattari (1995), para enfatizar a natureza relacional e produtiva do desejo, sem, contudo, se vincular diretamente a essa escola de pensamento. A partir dessa perspectiva, argumenta que os arranjos afetivos estruturam as relações sociais e moldam as formas como os indivíduos experimentam o mundo. Quintana destaca a materialidade dos afetos, sua produção em contextos históricos e geográficos específicos, e defende que a transformação social exige a reconfiguração desses arranjos, de modo a desestabilizar estruturas de poder e abrir espaço para novas formas de existência e resistência.

A autora segue adiante e, no quarto capítulo “Capitalismo como Regime Afetivo”, amplia a compreensão do capitalismo para além das leituras estritamente economicistas, sejam marxistas ou neoliberais. Para a autora, o capitalismo não é apenas um sistema econômico, mas um regime afetivo que produz subjetividades. Ele opera como um *sensorium* histórico, estruturando o que é reconhecido como experiência dentro de um campo de percepção, inteligibilidade e afetividade.

Os afetos não se reduzem a reflexos passivos das estruturas econômicas, eles emergem de práticas, normas e instituições que articulam tanto a vida social quanto a econômica. O que é considerado valioso – como esse valor é produzido, distribuído e até mesmo a definição do que constitui um “corpo produtivo” – enraíza-se em orientações afetivas e marcos de sentido historicamente construídos. Essas orientações não apenas regulam as relações materiais, mas também definem hierarquias simbólicas, revelando como afetos e economia se entrelaçam na produção de subjetividades e na legitimação de sistemas de poder.

Essa lógica atravessa as formas de relação entre humanos e não humanos, modelando modos de habitar e de se organizar. Toda estrutura econômica é permeada por regimes sensoriais e corporificados que sustentam diferentes “economias afetivas”. O capitalismo, entendido como regime afetivo, é constituído por relações materiais heterogêneas – como colonização, industrialização e divisão do trabalho – e se caracteriza pela acumulação abstrata de riqueza, impulsionando um crescimento ilimitado.

Em síntese, Quintana demonstra que o capitalismo opera não apenas como um sistema econômico, mas como uma rede afetiva e relacional, profundamente enraizada em relações sociais de trabalho, exploração e apropriação de corpos e territórios. A autora destaca ainda a modulação capitalista dos desejos, mecanismo que naturaliza hierarquias e reproduz lógicas de acumulação.

O Capítulo 5, “Emancipar-se”, apresenta a visão da filósofa sobre a emancipação como um processo dinâmico e cotidiano, enraizado nas experiências corporais e nas relações sociais. Ela diferencia as abordagens humanistas, que pressupõem um sujeito soberano, e marxistas, que veem o sujeito político coletivo,

apontando para a importância dos corpos como agentes que podem transformar suas condições de existência.

Quintana ressalta que a emancipação surge das rupturas na forma como se vive o corpo e se habita o mundo. Em vez de uma passagem linear da escuridão à luz, ela entende esse processo como “trabalhos de torsão”, em que práticas cotidianas e materiais – corporais, afetivas e espaciais – desdobram e tensionam as relações de poder, criando possibilidades para uma vida mais igualitária. Para ela, mesmo em contextos adversos, os corpos podem desenvolver um impulso transformador, fruto de reflexões e mobilidade conquistada a partir de necessidades específicas.

Além disso, a autora propõe que a emancipação não deve ser vista apenas como a superação do conflito social, mas como a capacidade de reconfigurar relações e criar novas formas de convívio que articulam micropolíticas e macropolíticas. Ela critica visões que naturalizam o capitalismo e sua lógica de crescimento e impotência, ressaltando que resistir a esse sistema significa romper com discursos que limitam as possibilidades de transformação.

Por fim, Quintana defende que o Estado, quando excessivamente regulador, pode cercear alternativas emancipatórias e que as instituições devem acolher novos conflitos e demandas para possibilitar transformações efetivas. Em resumo, a emancipação, para Quintana, é um processo de experimentação, reconfiguração e criação contínua, onde os corpos se tornam protagonistas na construção de um futuro mais justo e compartilhado.

Desdobrando os temas anteriores, o Capítulo 6, “Conflito e Violência”, apresenta a tese central de Laura Quintana: o conflito é inerente, irreduzível e inevitável nas sociedades humanas, pois surge da multiplicidade de identidades, necessidades e relações historicamente constituídas em contextos marcados por diferenças e desigualdades estruturantes. A autora rejeita a visão do conflito como um mal a ser eliminado, defendendo, em vez disso, que ele é um fenômeno dinâmico que expõe fissuras nos regimes hegemônicos de conhecimento e poder, revelando disputas por reconhecimento e redistribuição.

Quando os critérios hegemônicos de organização social são questionados, os conflitos adquirem dimensão política, exigindo a criação de mecanismos que não suprimam, mas administrem as diferenças. Quintana alerta, porém, que a idealização de uma harmonia absoluta – frequentemente associada a projetos liberais ou autoritários – leva à negação do dissenso, neutralizando o potencial transformador das tensões.

A violência, por sua vez, é compreendida como possibilidade intrínseca ao conflito, manifestando-se em múltiplas formas – desde a violência física até a estrutural e simbólica –, inclusive como instrumento estatal de manutenção da ordem. Quintana destaca, porém, a produtividade política do conflito: ao politizá-lo, criam-se oportunidades para reconfigurar noções de justiça, igualdade e do comum, desafiando hierarquias estabelecidas. Nesse sentido, a autora questiona o monopólio estatal da violência (em diálogo crítico com a tradição weberiana), defendendo a ampliação de espaços de participação popular para confrontar violências institucionais e simbólicas, como o racismo estrutural ou a precarização do trabalho.

No capítulo “Ressentimentos e Digna Raiva”, Laura Quintana problematiza a visão hegemônica que reduz o ressentimento a um afeto negativo, resgatando seu potencial emancipatório e introduzindo o conceito de “digna rabia” (“raiva digna”). A autora argumenta que o ressentimento, longe de ser uma mera patologia, é um fenômeno ambíguo e complexo: pode tanto ancorar-se no passado – como no “ressentimento narcisista”, que idealiza uma harmonia impossível e nega o conflito – quanto transmutar-se em força crítica, à maneira de Nietzsche, que associa o ressentimento à autoproblematização e ao questionamento de valorações binárias. Inspirada em Jean Améry, Quintana destaca o ressentimento ético irreconciliatório como forma de resistência às políticas de esquecimento, mantendo viva a memória da dor para romper narrativas hegemônicas e abrir espaço a futuros radicais.

A autora rejeita a associação do ressentimento à lógica burguesa do mérito – que o reduz à frustração individual por não receber o “merecido” – e confronta interpretações como a de Martha Nussbaum, que reduz a raiva a um desejo retaliativo. Em diálogo com pensadoras feministas negras, como Audre Lorde, e latino-americanas,

como María Lugones, Quintana redefine a “digna rabia” como um afeto coletivo emancipatório: não um impulso destrutivo, mas uma força criativa que confronta estruturas de opressão e reconfigura as fronteiras do político.

Diferente da ira ou do ódio, que tendem à destruição, a “digna rabia” é ligada ao dissenso, solidária e orientada à transformação institucional. O capítulo conclui que tanto o ressentimento crítico, quanto a “raiva digna” são afetos politicamente produtivos: ao vincular a memória do dano à ação coletiva, desafiam reconciliações superficiais, expõem violências estruturais e reivindicam futuros radicais, nos quais a emancipação emerge não da negação do conflito, mas de sua reinvenção ética e sensível.

Ao sintetizar as discussões apresentadas o capítulo 8, “Instituições, Estado e Produção do Comum”, analisa criticamente o papel do Estado e das instituições nas sociedades contemporâneas, propondo uma abordagem que evita tanto o antiestatismo radical quanto o estadocentrismo. Enfatiza que o Estado, embora heterogêneo e atravessado por conflitos (composto por dispositivos, lógicas e agentes diversos), possui potencial para enfrentar crises como a devastação ecológica e a injustiça social, desde que desative suas estruturas coloniais, patriarcais e antidemocráticas. A autora defende uma redemocratização do Estado, combatendo a fusão neoliberal entre poder estatal e interesses corporativos, por meio de modelos descentralizados que ampliem a participação cidadã em políticas públicas e garantam condições materiais para uma vida digna.

Quintana ressalta a tensão produtiva entre sociedade civil e Estado: movimentos sociais não apenas contestam instituições de fora, mas também as transformam internamente, utilizando direitos existentes para criar demandas e reconfigurar estruturas de poder.

Além do Estado, Laura Quintana destaca o papel central de instituições não estatais – como linguagens, práticas cotidianas, saberes locais e movimentos comunitários – na organização da vida social. A autora redefine instituições como “matrizes de relações”, que devem operar como estruturas dinâmicas e adaptáveis, capazes de incorporar conflitos e transformar afetos e normas enraizados. Para

Quintana, a produção do comum emerge como alternativa radical à mercantilização da vida: distinto do âmbito público estatal, o comum refere-se a processos coletivos que reconfiguram espaços e recursos mediante práticas participativas diretas, resistindo à privatização neoliberal e a fronteiras excludentes. Sua construção é contingente e conflitiva, exigindo institucionalidades emancipatórias que não apenas acolham disputas, mas articulem justiça social, sustentabilidade ecológica e redistribuição de poder.

Portanto, o capítulo propõe um equilíbrio crítico: reconhecer o Estado como ferramenta possível (porém imperfeita) para o bem coletivo, ao mesmo tempo em que se valorizem práticas autônomas e comunitárias que produzem o comum. A transformação institucional passa pela articulação entre ação estatal reformada e poder popular, visando uma democracia radical onde a dignidade humana e a preservação da vida sejam centrais.

Por fim, o epílogo do livro, escrito por Damián Pachón Soto apresenta algumas reflexões finais e destaca elementos importantes da trajetória filosófica de Laura Quintana, bem como autores e conceitos relevantes para o seu pensamento. O texto ressalta o papel marginal da mulher na história intelectual e filosófica da América Latina, com pouca representatividade na produção, circulação do saber e oportunidades de incidência na esfera social e cultural.

Espacios afectivos: Instituciones, conflicto, emancipación consolida Laura Quintana como uma das vozes mais originais da filosofia política latino-americana ao articular afetos, corpos e conflitos como eixos centrais para repensar a emancipação. Sua crítica ao capitalismo como “regime afetivo” é particularmente potente, ao revelar como desejo, violência e impotência são moldados por lógicas coloniais e neoliberais. No entanto, a obra não se limita à denúncia: ao propor a “digna rabia” e o “comum” como práticas insurgentes, Quintana desafia tanto utopias universalistas quanto resignações pós-modernas, reivindicando a experimentação e a contingência como motores da transformação social.

Essa perspectiva adquire urgência diante das crises políticas da América Latina, onde regimes autoritários, desigualdades estruturais e a mercantilização da vida

tornam ainda mais visível a dimensão política dos afetos. A defesa do conflito como motor de mudança ressoa nas mobilizações feministas na América Latina, nas lutas dos povos originários, nos movimentos LGBTQIA+ e em múltiplas insurgências que contestam a precarização da vida. Quintana nos lembra que politizar os afetos não é um exercício abstrato, mas uma estratégia concreta de resistência e sobrevivência para corpos historicamente marginalizados.

Ao integrar filosofia política, estudos afetivos e perspectivas (pós)coloniais, *Espacios afectivos* propõe uma nova gramática política, onde a emancipação não se dá por grandes narrativas totalizantes, mas na criação de espaços comuns, na reconfiguração de sensibilidades e na disputa por outras formas de existência. Mais do que uma análise crítica, a obra é um convite à ação, reafirmando a filosofia como um ato político capaz de abrir fissuras no real e reimaginar o possível.

Referências

QUINTANA, Laura. *Rabia: afectos, violencia, inmunidad*. Barcelona: Herder, 2021.

QUINTANA, Laura. *Política de los cuerpos: Emancipaciones desde y más allá de Jacques Rancière*. Barcelona: Herder Editorial, 2020.